



REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE CONSIGNATÁRIA

Ao

Ilm^o Sr.

Secretário Geral

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

DADOS DA CONSIGNATÁRIA REQUERENTE

Consignatária (Nome Empresarial): _____

Consignatária (Nome abreviado/fantasia): _____ CNPJ: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Telefone: (____) _____ E-mail: _____

Natureza da Consignatária:

☐ Associação de Servidor Público e/ou Magistrado

☐ Instituição Financeira Pública

☐ Instituição Financeira Privada

☐ Seguradora

☐ Outro _____

☐ Cooperativa

☐ Instituição Financeira Mista

☐ Operadora de Plano de Saúde

☐ Sindicato

DADOS DOS RESPONSÁVEIS/CONTATOS NA CONSIGNATÁRIA

Responsável 1: _____

Cargo: _____ Telefone: (____) _____ E-mail: _____

Responsável 2: _____

Cargo: _____ Telefone: (____) _____ E-mail: _____

Responsável 3: _____

Cargo: _____ Telefone: (____) _____ E-mail: _____

DADOS BANCÁRIOS DA CONSIGNATÁRIA

Banco: _____ Código do Banco: _____

Agência: _____ Tipo da conta: _____ Nº da Conta: _____ Dígito Verificador: _____

CNPJ dos dados bancários: _____

REQUER:

Credenciamento como Consignatária para consignação em Folhas de Pagamento do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, de acordo com o Art. 13 da Resolução Nº 008/2021 (<https://sistemas.tjes.jus.br/ediario/index.php/component/ediario/?view=content&id=1120946>).

Espécies de consignações pretendidas:

☐ Contribuição Associativa

☐ Seguros

☐ Previdência Complementar

☐ Capitalização, exceto as previstas no art. 1º, VI

☐ Plano de Saúde

☐ Plano Odontológico

☐ Plano de Montepio e/ou Pecúlio

☐ Telefonia

<input type="checkbox"/> Poupança <input type="checkbox"/> Consórcio <input type="checkbox"/> Diversos	<input type="checkbox"/> Empréstimo pessoal <input type="checkbox"/> Farmácia <input type="checkbox"/> Financiamento habitacional
--	---

Processo automatizado de autorização?

☐ Terminal de autoatendimento
 ☐ Internet
 ☐ Mobile
 ☐ Outro: _____

*Art. 19. O registro das consignações facultativas no Sistema Digital de Consignações somente será permitido após assinatura de documento próprio pelo consignado, no qual esteja expressa a autorização para desconto em folha de pagamento, o Custo Efetivo Total (CET), o número de parcelas e os valores contratados, ou através de processo automatizado, via canais da instituição consignatária (como Terminais de autoatendimento, Internet e aplicativos de celular). "

<input type="checkbox"/> CHECK-LIST: Documentação anexada ao requerimento para credenciamento da Consignatária (art. 13 da Resolução Nº 008/2021): https://sistemas.tjes.jus.br/ediario/index.php/component/ediario/?view=content&id=1120946		
1	Resolução Nº 008/2021 – PJES (https://sistemas.tjes.jus.br/ediario/index.php/component/ediario/?view=content&id=1120946). ... HABILITAÇÃO JURÍDICA Art. 13. O pedido de credenciamento deverá ser dirigido ao Secretário Geral, na forma de requerimento, indicando quais as espécies de consignações pretendidas, acompanhado dos seguintes documentos:	Consignatária
2	I - prova de inscrição, relativa ao domicílio ou sede do credenciado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do credenciamento, no que couber:	
3	a) no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;	
4	b) no Cadastro de contribuintes estadual (Inscrição Estadual);	
5	c) no Cadastro de contribuintes municipal (Inscrição Municipal).	
6	II - cédula de identidade do representante legal da instituição;	
7	III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;	
8	IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;	
9	V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;	
10	VI - lei, ato constitutivo ou autorizativo, tratando-se de instituição, órgão ou entidade pública, de qualquer esfera de Governo;	
11	VII - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, com a Fazenda Estadual e com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da instituição, ou outra equivalente, na forma da lei:	
12	a) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (Secretaria da Receita Federal / Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional);	
13	b) Certidão Negativa de Débito (Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ);	
14	c) Certidão Negativa de Débitos (Secretaria Municipal da Fazenda).	
15	VIII - prova de regularidade relativa ao <i>Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)</i> , demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei	

16	IX - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;	
17	X - autorização de funcionamento expedida pelo órgão regulador e fiscalizador, nos casos de espécie que obrigatoriamente necessitem de autorização;	
18	XI - declaração de que a empresa não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em quaisquer de suas atividades (art. 7º, XXXIII, da Constituição);	
19	XII - declaração de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública direta e indireta;	
20	XIII - declaração de que a empresa não foi declarada inidônea pelo Poder Público de nenhuma esfera;	
21	XIV - Certidão Negativa de Primeira Instância - Natureza de Recuperação Judicial e Extrajudicial (Falência e Concordata) ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da matriz da pessoa jurídica;	
22	XV - outros documentos que a lei exigir.	
23	§1º Não poderão ser credenciadas instituições com restrições encontradas a partir de consulta aos seguintes cadastros oficiais:	
24	a) Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI (CNJ), http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php	
25	b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS (Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União), http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc	
26	c) Cadastro de Inidôneos do TCU, https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:34267031866041:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO	
27	Cópias autenticadas: documentos constantes dos incisos II, III, IV, V (quanto ao "ato de registro ou autorização para funcionamento") e X Originais: declarações indicadas nos incisos XI, XII e XIII;	
Data: ____/____/202__		Assinatura do(a) Representante Legal / Requerente / Carimbo: